

Estado oferece ilha para poupar o Radium

O procurador Flávio Cruz Nogueira está oferecendo a Ilha do Imperador, na lagoa Juparanã, para ir a leilão no lugar do Radium

GUARAPARI (Sucursal) - O procurador do Estado, Flávio Augusto Cruz Nogueira, propôs na petição impetrada na última sexta-feira, com a qual conseguiu suspender o leilão do Radium Hotel, que seria realizado ontem, a troca da penhora deste imóvel pela Ilha do Imperador, situada na Lagoa Juparanã, em Linhares. O procurador argumenta, no documento, que a troca protegeria "um bem público, que é o Radium Hotel". O leilão do hotel, que foi avaliado em R\$ 9 milhões, seria para pagamento das dívidas trabalhistas aos ex-funcionários da Empresa Capixaba de Turismo (Emcatur), então proprietária do imóvel, no valor de R\$ 1,6 milhão.

As advogadas Simone Malek e Maria Helena Plazzi Camareto afirmaram que não vão concordar com a proposta, que consideram "inaceitável. O Radium Hotel é o único imóvel capaz de cobrir a dívida de todos os processos e além do mais, bem público a Ilha do Imperador também é", disseram. As duas advogadas, que movem 12 processos de ações trabalhistas, sendo que um deles reúne os interesses de 62 tra-

balhadores, estiveram ontem na Junta de Conciliação e Julgamento, neste município, onde anunciaram que irão contestar a ação que suspendeu o leilão do hotel e que não aceitam outro bem.

Maria Helena e Simone criticam o Governo do Estado. "Até agora não houve nenhuma proposta concreta para pagar as dívidas dos funcionários. Constatamos o leilão mas não apresentam uma solução para o problema. Atrás de cada trabalhador tem uma família e alguns deles já morreram. Estamos buscando uma forma de suspender o leilão sem que os trabalhadores recebam os seus créditos trabalhistas. Alguns deles sem receber reajustes desde 1990", disseram.

Quanto à suspensão do leilão marcado para ontem, as advogadas disseram que irão contestar, argumentando que o Governo do Estado, como proprietário do Radium Hotel não pode ser considerado terceiro. Explicam que por possuir 90% das ações da Emcatur o Governo é responsável e não pode extinguir a empresa sem pagar os débitos trabalhistas existentes.



RECUSA

As advogadas dos ex-funcionários da Emcatur, Simone Malek e Maria Helena Camareto, consideraram a proposta do procurador do Estado inaceitável

Enildo dos Santos

Proposta causa revolta

Proposta causa revolta

LINHARES (Sucursal) – A proposta feita pela Procuradoria Geral do Estado, de troca do Radium Hotel, de Guarapari, pela Ilha do Imperador, como penhora para garantir o pagamento de dívidas trabalhistas e custos de advocacia dos funcionários da Emcatur, que têm R\$ 1,6 milhão a receber, tomou de surpresa as autoridades municipais de Linhares, causando revolta e apreensão.

O secretário municipal de Indústria e Comércio, Paulo Medina, disse ontem que se trata de uma “ação descabida”, pois a Ilha é um patrimônio histórico, que deve ser inalienável. “Equivale a uma ação trabalhista no Rio de Janeiro, dando o Pão de Açúcar como penhora”, completou. Ele disse ainda que a situação seria discutida com o prefeito Guerino Zanon, visando providências urgentes para o caso.

Já o secretário municipal do Meio Ambiente, Zenor Martins, foi tomado de surpresa pela possibilidade da troca. Zenor afirmou que não sabe como anda o processo de tombamento da área, que foi solicitado este ano ao Conselho Estadual de Cultura pelo valor histórico que a Ilha do Imperador representa para o município linharenses. A Ilha, localizada na parte Norte da Lagoa Juparanã, recebeu, em 1860, a visita ilustre de D. Pedro II, que lhe deu o nome. Mais tarde, em 1954, foi visitada pelo então presidente, Getúlio Vargas.

A transferência da Ilha do Imperador do Estado para a Emcatur, conforme informou o secretário municipal do Meio Ambiente, foi

realizada em 1990. Segundo o secretário linharenses, se houver um retardamento do processo de tombamento, o município deverá assegurar a preservação fazendo a desapropriação da área. Zenor Martins ressaltou que Linhares não pode perder um patrimônio histórico em função de uma empresa estadual que “não deu certo”. “Qualquer que seja a negociação feita com a Ilha, haverá contestação por parte do município”, afirmou. Para discutir o destino da Ilha, o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente deverá se reunir com urgência, e em virtude dos últimos acontecimentos, alertar a sociedade.

Além do valor histórico, já que existe no local um marco que celebra a visita do imperador D. Pedro II, os 34 quilômetros quadrados de pedras e vegetação característica de bosques da Ilha, são alvo de preocupação ambiental. Para a presidente da ONG linharenses Grupo Ambientalista Natureza e Cia (Gamc), Marilene Milanez, a única ilha da Lagoa Juparanã é uma área que não pode, jamais, ser negociada. Ela citou ilhas do litoral do Estado da Bahia, onde a especulação imobiliária não deu trégua, e que hoje são tomadas por hotéis de luxo, o que degradou o ecossistema quase por completo. A alternativa, conforme Marilene, é exigir da municipalidade que tome providências no sentido de transformar toda a área da Lagoa Juparanã numa Área de Proteção Ambiental, iniciativa que, segundo ela, deve partir do executivo municipal.